



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 12/2012 -----

-----Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **11 de junho de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.302.043,42 € (dois milhões, trezentos e dois mil, quarenta e três euros e quarenta e dois cêntimos)**, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- O Presidente da Câmara começou por cumprimentar o público assistente, composto por um grupo de 20 alunos, formandos do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional de Arganil, orientados pela Formadora, Profª Marisa Raimundo, tendo efetuado uma breve introdução relativamente às competências das autarquias. Depois de uma sucinta apresentação dos eleitos que constituem o executivo camarário, explicou sobre a forma como se processam, na prática, as reuniões ordinárias/públicas da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. -----

-----Depois de questionados pelo Presidente da Câmara, uma das formandas manifestou publicamente a sua preocupação pelo facto de ter tido conhecimento que na freguesia de Lajeosa, neste concelho, existem duas famílias que, aparentemente, não têm quaisquer problemas financeiros e foram apoiadas pela Câmara Municipal na construção de uma casa banho nas suas habitações, quando efetivamente conhece situações de famílias com reais dificuldades financeiras que não recebem quaisquer apoios por parte da autarquia. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que, até à data, a Câmara Municipal ainda não participou a construção de quaisquer casas de banho na freguesia de Lajeosa, referindo desconhecer as situações ora expostas. Explicou no entanto que este tipo de situações são, habitualmente, objeto de análise pelos serviços técnicos e de ação social da autarquia resultando sempre na elaboração de um relatório que é submetido à análise e discussão do executivo. Concluiu referindo que no que diz respeito à freguesia de Lajeosa apenas tem conhecimento de um pedido de apoio formulado à Câmara Municipal por uma senhora, que é viúva, para ligação de um ramal de saneamento. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Um dos formandos questionou igualmente o Presidente da Câmara sobre se a Câmara Municipal tem desenvolvido programas de apoio ao emprego jovem, ao que aquele responsável referiu existir um conjunto de medidas, aprovadas pela Câmara Municipal, no âmbito do Programa ATIVOSOCIAIS, que estão a ser complementadas com alguns apoios do Governo na possibilidade de serem criadas oportunidades de emprego aos jovens do concelho. Disse ainda estarem a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de envolver as Associações/Coletividades e IPSS's como parceiros neste projeto mas, até à data, ainda nenhuma se mostrou disponível para o efeito.---

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**2.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

**-----2.1.1 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL – ALTERAÇÃO -----**

D.A.G.F.

-----Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 62º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que a Reunião Ordinária da Câmara Municipal, inicialmente agendada para o dia 26 do corrente mês, seja alterada para o dia 28 de junho, com início às 10:00 horas.-----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES -----**

**-----2.2.1 – PESSOAL CONTRATADO PELA ADESA -----**

-----O vereador Mário Alves começou por referir que, na sequência de algumas questões que já colocou sobre a ADESA continua, pacientemente, a aguardar que lhe seja entregue a informação solicitada em anteriores reuniões.-----

-----O Presidente da Câmara deu conta que já na última reunião tinha a informação solicitada para entregar, não só ao vereador Mário Alves, mas também aos senhores vereadores, mas, por lapso, não o fez, pelo que a mesma ser-lhes-á entregue ainda hoje, no final da reunião.-----

**-----2.2.2 – CAFÉ CENTRAL -----**

-----O vereador Mário Alves referiu-se ao Café Central, salientando que registou o facto de verificar que o Sr. Presidente da Câmara esteve, recentemente, presente numa ação desenvolvida pelo adjudicatário daquele estabelecimento, tendo inclusivamente proferido um discurso que, na sua opinião, foi despropositado, atendendo a toda a polémica que foi gerada em torno do Café Central, e que envolveu o Município de Oliveira do Hospital. Assim e por considerar que o espetáculo em causa carecia de licenciamento por parte da Câmara Municipal, requereu ao Presidente da Câmara cópia da licença emitida pelos serviços para a realização do mesmo. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara confirmou a sua presença no Café Central, esclarecendo no entanto que a sua presença naquele espaço se deveu ao facto de ter sido convidado pela empresa adjudicatária daquele estabelecimento para proceder à entrega de uma cadeira de rodas elétrica ao Sr. António Tavares, oferecida pela mesma, e não para participar na festa de abertura do Café Central. Disse tê-lo feito de consciência e considera que ninguém o pode censurar por tal ato. Disse igualmente ter aproveitado aquele momento para fazer um esclarecimento público de que não poderia ser responsabilizado pela polémica que foi gerada em torno do Café Central, admitindo ter existido muita mentira no tratamento desta questão.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o licenciamento da atividade em causa, julga não ter sido formulado pela empresa qualquer pedido para o efeito.-----

-----**2.2.3 – MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ainda à necessidade do Sr. Presidente da Câmara mandar verificar algumas situações existentes na cidade, quer ao nível da manutenção de passeios para peões, quer ao nível da manutenção de espaços verdes, citando como exemplo o jardim, o novo espaço da feira e a Praça Comandante Manuel Gouveia Serra.-----

-----Chamou ainda a atenção para a necessidade do Sr. Presidente da Câmara mandar igualmente verificar o estado de algumas placas de toponímia existentes na cidade, nomeadamente daquela que se encontra na Rua Dr. Virgílio Ferreira, por verificar que a mesma está partida.-----

-----O Presidente da Câmara reconheceu o interesse do vereador Mário Alves nestas questões informando que já procedeu à reorganização dos serviços externos da autarquia de maneira a que lhes seja possível dar respostas imediatas e eficazes sendo que para o efeito nomeou o Sr. Engº Fernando Vicente como responsável pelos serviços de jardinagem/espaços verdes do município.----

-----No que se refere à Praça Comandante Manuel Gouveia Serra informou que a Câmara Municipal já procedeu à respetiva adjudicação dos serviços para ajardinamento daquele espaço.----

-----Relativamente às placas de toponímia o Presidente da Câmara disse desconhecer a situação descrita pelo vereador Mário Alves, garantindo que iria solicitar aos serviços da autarquia que se deslocassem ao local para procederem à substituição da referida placa.-----

-----**2.2.4 – PROGRAMA FÉRIAS OCUPADAS**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se igualmente ao Programa Férias Ocupadas, salientando que “aquando da aprovação do programa por parte da Câmara Municipal não disse nada mas, atendendo à situação que se vive, julgo que aquele programa poderia ser utilizado para se fazer uma ocupação diferente de um conjunto de jovens, nomeadamente daqueles mais necessitados, sendo que, em vez de ocuparem dez dias, a receberem cerca de 5,00 €/dia possam ocupar um mês a receber um valor mais elevado, para que tal servisse de âncora para a realização dos seus estudos, particularmente daqueles que estão a frequentar o ensino superior”. Disse igualmente entender que o regulamento que rege o funcionamento daquele programa deveria ser alterado no sentido de que o mesmo pudesse abranger os jovens, para que aqueles que frequentam o ensino superior também possam ter uma ocupação que em parte auxilie a família naquilo que são as despesas com a sua formação. Considera que, além das bolsas de estudo, seria uma boa forma de auxiliar os jovens com carências financeiras que se encontram a frequentar o ensino superior.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara acolheu a proposta formulada pelo vereador Mário Alves e realçou a sua disponibilidade para participar em projetos que visem, essencialmente, ajudar os jovens oliveirenses, com dificuldades financeiras. Disse ainda entender que “perante a proposta apresentada pelo senhor vereador, a Câmara Municipal poderia criar um regulamento apropriado para as situações descritas, devidamente equacionado em termos orçamentais”.-----

-----Ainda sobre este assunto e depois de questionados pelo Presidente da Câmara os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital do Hospital Sempre – OHS referiram concordar com a presente proposta, sublinhando que “os tempos que vivemos levam a que sejam criados determinados programas que minimizem as dificuldades das famílias e por arrastamento dos seus jovens”, mostrando-se recetivos para discutir a analisar um regulamento que possa efetivamente permitir a inclusão de outros jovens que não são abrangidos pelo atual programa de férias ocupadas.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Interveio também o vereador José Francisco Rolo que reconheceu tratar-se de uma proposta razoável, defendendo no entanto a criação de um novo regulamento para o efeito uma vez que o Programa Férias Ocupadas já está criado e em implementação. Posteriormente, em 2013, poderá ser feita a fusão dos dois regulamentos. Mais referiu que a Câmara Municipal está elaborar um projeto para alunos carenciados com dificuldades de aprendizagem para os ajudar a preparar o início do ano letivo. Salientou que o referido projeto que vai contemplar cerca de 40/50 alunos, em regime experimental no Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, e terá a designação “Escola Feliz” para demonstrar que a Câmara está atenta às dificuldades da população e está disponível para ajudar. -----

-----A vereadora Telma Martinho acrescentou que a proposta apresentada é positiva, sublinhando que “faz todo o sentido que este projeto seja alargado a outras faixas etárias e a outros períodos de tempo”. Disse tratar-se de uma proposta excelente, que na sua opinião, faz todo o sentido, pois o que está em causa é a criação de um novo projeto. -----

-----A vereadora Graça Silva lamentou no entanto o facto de esta proposta não ter surgido aquando da aprovação do Regulamento do Programa Férias Ocupadas por considerar que “em termos de *timing* não sei se será possível avançar com este programa ainda este ano”. Admitiu tratar-se de uma ideia interessante pois sabe que os jovens nesta facha etária (18/21 anos) passam por algumas dificuldades, nomeadamente, aqueles cujos familiares têm que suportar despesas inerentes aos alunos que estão a frequentar o ensino superior. Salientou tratar-se de uma realidade que é do conhecimento de todos, admitindo que poderá ser um bom “pé-de-meia” para o arrancar do próximo ano letivo. -----

-----Depois de questionado pelo Presidente da Câmara acerca da existência de verba em termos orçamentais para o efeito ao que o vereador Paulo Rocha respondeu que “é necessário estabelecer prioridades e parece-me que a proposta em apreço deve, efetivamente, ser assumida como uma prioridade”. Disse igualmente que está em causa um período em que os jovens terão alguma disponibilidade por força do término do período de exames, pelo que, considera que a concentração deste programa durante o mês de agosto e a primeira quinzena de setembro será o ideal, atendendo a que os exames decorrem normalmente até meados de julho. Mais referiu que, na sua opinião, existem atividades em que a Câmara Municipal, diretamente, ou via Junta de Freguesia, pode aproveitar estes jovens, mas considera que as IPSS deveriam seguir o mesmo exemplo uma vez que o mês de agosto é um mês de férias para muitos dos trabalhadores e há sempre algumas lacunas que podem ser colmatadas com a prestação destes jovens. Concluiu salientando que, um programa bem definido e bem estruturado, não trará um custo demasiado elevado para a autarquia pelo que entende que a Câmara Municipal terá condições financeiras para o suportar. -----

-----Colocada à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo vereador Mário Alves, incumbindo a vereadora do pelouro de estudar a melhor forma de operacionalizar este processo. -----

### **3 – ORDEM DO DIA** -----

#### **-----3.1 – 1ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2012** -----

**D.A.G.F./DOC.2**

-----Nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 64º e para efeitos da alínea b) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de primeira revisão das Grandes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Opções do Plano para 2012/2015 e primeira revisão ao Orçamento Municipal do ano 2012, cujo valor ascende a 303.500,00 € (trezentos e três mil e quinhentos euros), conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**-----3.2 – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. -----**

D.A.G.F./DOC.3

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe e tendo presente a informação nº 01/06/2012, datada de 1 de junho, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, subscrita pelo vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e), do nº 1, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, deliberou, por unanimidade, dar início ao processo conducente à alienação da participação financeira do Município de Oliveira do Hospital na empresa Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., nos termos constantes da referida informação.-----

-----Mais foi deliberado dar conhecimento do teor desta deliberação à Assembleia Municipal. -----

**-----3.3 – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – PEDITÓRIO ANUAL DA DELEGACÃO DE COIMBRA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO -----**

D.A.G.F./Proc.53

-----Face ao pedido formulado pela Delegação de Coimbra da Cruz Vermelha Portuguesa, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar aquela entidade a realizar o peditório anual na área do concelho de Oliveira do Hospital, no período compreendido entre 26 de setembro e 1 de outubro de 2012. -----

**3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----**

**-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir neste ponto da Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----**

**-----3.4.1 – CORAL DE SANT’ANA -----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Coral de Sant’Ana, um subsídio no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), para fazer face às despesas tidas com a aquisição de novo fardamento (feminino). -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

**-----3.4.2 – GRUPO DE CANTARES DA FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA – “MELODIAS E TRADIÇÕES DA BEIRA SERRA”-----**

D.A.G.F./Proc.53/4





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Grupo de Cantares da Freguesia de Vila Pouca da Beira – “Melodias e Tradições da Beira Serra”**, um subsídio no montante de **1.000,00 € (mil euros)** como apoio à edição de um CD. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

**-----3.4.3 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA “OS AMIGOS DAS CONCERTINAS SONS DA SERRA”-----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação Cultural e Recreativa “Os Amigos das Concertinas Sons da Serra”**, um subsídio no montante de **1.000,00 € (mil euros)** como apoio à edição de um CD. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Mário Alves declarou que, embora no passado tivesse votasse favoravelmente a atribuição de subsídios desta natureza, agora votou contra a atribuição de subsídios ao **Grupo de Cantares da Freguesia de Vila Pouca da Beira – “Melodias e Tradições da Beira Serra”** e à **Associação Cultural e Recreativa “Os Amigos das Concertinas Sons da Serra”**, como apoio à edição dos CD’s, por considerar que “estamos a atravessar um período de crise muito difícil” entendendo assim que “quem produz este tipo de suporte áudio, deve fazê-lo para que o mesmo, depois de vendido, rentabilize, no mínimo, aquilo que é o seu custo”. Salientou que “é a regra geral de qualquer funcionalidade em qualquer estrutura e por isso em tempos como aquele que atravessamos sou contra que se ande a dar dinheiro para este tipo de coisas”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que os 1.000,00 € correspondem a uma pequena parte do custo dos CD’s, ao que o vereador Mário Alves esclareceu que “aquilo que está em causa não é o valor atribuído mas sim o princípio que foi utilizado”.-----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que quem está subjacente a um projeto desta natureza tem que saber que se trata de um produto que é vendível e que, no mínimo, a receita da venda tem que ser igual ao custo do produto”.-----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou que “embora compreenda a posição vertida pelo vereador Mário Alves, já assumimos, noutra altura, apoios neste âmbito para outras instituições, pelo que mantenho a mesma posição, votando favoravelmente a atribuição dos referidos subsídios”.

-----O vereador Paulo Rocha declarou votar favoravelmente a atribuição dos subsídios em causa, no pressuposto de que a Câmara Municipal, a partir desta data e para além da atribuição de subsídios de funcionamento, não atribua quaisquer subsídios adicionais/extraordinários às associações/coletividades do concelho excetuando situações de urgência/emergência. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves lembrou que “há um princípio no gasto dos dinheiros que se chama “economia, eficácia e eficiência”, frisando que “é isso que deve ponderar as decisões de qualquer pessoa que esteja na vida pública”. -----

-----Interveio a vereadora Graça Silva lembrando que, embora concorde com as declarações do vereador Mário Alves, considera que se trata de um princípio de igualdade, uma vez que os documentos em causa deram entrada nos serviços já há algum tempo, entendendo assim que seria injusto se a Câmara não atendesse ao solicitado uma vez que já atribuíra a outras entidades subsídios da mesma natureza. Referiu igualmente entender que a Câmara Municipal ao atribuir estes subsídios está a preservar a cultura tradicional portuguesa e concelhia pois estão em causa 2 grupos com temas dedicados ao concelho de Oliveira do Hospital. Disse tratar-se de um trabalho que, na sua opinião, é meritório, reconhecendo que o mesmo resulta também das exigências que têm vindo a ser feitas pela Câmara Municipal às associações/coletividades do concelho, aquando da atribuição de subsídios, nomeadamente no que se refere à entrega de documentação por parte das mesmas. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou que as associações/coletividades só podem participar em programas televisivos se já tiverem editado um CD, frisando que “essa foi uma das razões que levou estes dois grupos a gravarem as suas próprias músicas”. -----

-----O vereador Mário Alves salientou que, na sua opinião, “não é preciso que haja só grupos, é preciso haver grupos mas também é necessário que esses grupos tenham qualidade para poder gravar”. Mais referiu que a Câmara Municipal tem apoiado todos os grupos para que eles se mantenham, agora, a este nível, já não pode ser para todos”. Disse entender que “para gravar um CD ou se apresentar em qualquer parte do país ou mesmo no estrangeiro têm de ser grupos cujo trabalho seja reconhecido por quem de direito”. Salientou ainda que “os grupos do concelho têm que rever a sua forma de funcionamento e perceber que têm de economizar parte da verba que lhes é atribuída pela Câmara Municipal para despesas correntes. -----

-----Sobre o assunto, a vereadora Telma Martinho disse corroborar a posição do vereador Mário Alves, salientando que “todos nós temos que ter responsabilidade nas decisões que tomamos na atribuição de subsídios, assim como, quem solicita os apoios, cada vez mais, tem que ter a preocupação de saber se o pode ou não realizar sozinho, sabendo que o contexto atual não permite à Câmara Municipal subsidiar todas as ações”. Disse igualmente subscrever a posição do vereador José Carlos Mendes por considerar que “se estes pedidos tivessem estado presente numa outra reunião teriam, certamente, tido o mesmo tratamento que tiveram outros pedidos semelhantes”. Declarou assim votar favoravelmente a atribuição dos referidos subsídios, manifestando no entanto a sua discordância na atribuição deste tipo de subsídios em futuras reuniões. -----

**-----Em face do exposto mais foi deliberado notificar as Associações/Coletividades de cariz cultural do concelho de que, no ano de 2012, não serão atribuídos, às mesmas, quaisquer subsídios adicionais e ou extraordinários, à exceção de situações de emergência devidamente fundamentadas. -----**

**A) AUTARQUIAS: -----**

**-----A-1) PROTOCOLO DE APOIO ÀS FREGUESIAS-----**

-----Relativamente ao assunto, mencionado em epígrafe, o Presidente da Câmara começou por prestar a seguinte informação, que se transcreve na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----“Após análise dos relatórios de execução apresentados pelas Juntas de Freguesia, no âmbito do protocolo de apoio às Freguesias de 2011, verificou-se que 3 freguesias não executaram a totalidade da verba, a saber:-----

----- Freguesia de Avô, com uma verba não executada de 3342,94 euros; -----

----- Freguesia de Nogueira do Cravo, com uma verba não executada de 14568,99 euros; -----

----- Freguesia de São Paio de Gramaços, com uma verba não executada de 1209,98 euros. ----

-----A Freguesia de Avô justificou a não execução da totalidade da verba, com o facto de o sr. Presidente da Junta de Freguesia ter sido afetado por uma doença súbita, o que condicionou o trabalho do restante executivo. Ainda assim a Freguesia de Avô realizou parcialmente as obras previstas, executando ainda várias obras não previstas no protocolo. Neste sentido, a Junta de Freguesia de Avô solicitou que não fosse penalizada com o corte do valor não executado, para o ano de 2012. -----

-----A Freguesia de Nogueira do Cravo justificou a não execução da totalidade da verba atribuída com o facto de esta verba estar prevista para a aquisição do terreno para o alargamento do cemitério de Nogueira do Cravo. Argumenta a Junta de Freguesia que ainda não foi possível negociar o terreno que será utilizado para o referido alargamento do cemitério, razão pela qual a verba não foi utilizada. Pretende esta Junta de Freguesia que esta verba transite para o ano de 2012, sem penalização por parte da Câmara Municipal, para que possa ser adquirido o terreno para o alargamento do cemitério. -----

-----No caso da Freguesia de São Paio de Gramaços, a justificação para a não execução da totalidade da verba atribuída, deve-se a o facto de uma das obras executadas ter tido um valor mais baixo que o previsto, razão pela qual o valor não foi executado. Esta Junta de Freguesia solicita assim que este valor transite para 2012, sem penalização por parte da Câmara Municipal, já que esta Junta executou todas as obras previstas no protocolo. -----

-----De acordo com o protocolo de apoio às freguesias de 2011, na cláusula 5ª, é referido que “a não execução da verba nos prazos fixados (até 31 de março de 2012) implicará o desconto da verba não gasta no valor da verba anual a atribuir no ano imediatamente seguinte”. -----

-----Tendo em conta que as Juntas de Freguesia que não executaram a verba na totalidade, justificaram devidamente este facto, cabe ao executivo da Câmara Municipal, após análise das referidas justificações, decidir sobre se as verbas não executadas, deverão ou não, ser descontadas na verba anual a atribuir para o ano de 2012 e os moldes em que poderá ou não ser feito esse desconto na verba anual de 2012.” -----

-----Sobre o assunto, os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS manifestaram a sua concordância relativamente à transferência das verbas em causa para o ano de 2012. - -----

-----Após análise das justificações apresentadas pelas Juntas de Freguesia que não executaram a totalidade da verba transferida para as autarquias no âmbito do protocolo de apoio às Freguesias de 2011, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar que as verbas não executadas pelas Freguesias de Avô, Nogueira do Cravo e São Paio de Gramaços transitem para o ano de 2012, sem qualquer penalização por parte da Câmara Municipal. -----

**DOC. 4 a 24**

-----Ainda sobre este assunto e tendo presente os Protocolos de Apoio às Freguesias de 2012, destinados à transferência de 500 mil euros às juntas de freguesia do concelho, interveio o vereador Mário Alves referindo que continua a não compreender por que razão é que há Juntas de Freguesia que apresentam obras para fazerem parte de um protocolo, quando depois a verba é gasta não é





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

utilizada nas obras incluídas em protocolo. Disse assim entender que “se fosse com qualquer outra entidade, isto levaria por parte da Câmara Municipal à denúncia do protocolo”. Citou como exemplo a freguesia de Alvôco das Várzeas, verificando que aquela autarquia não executou uma única obra daquelas que foram protocoladas. Considera que “isto, na relação entre órgãos autárquicos, é grave, porque o executivo aprovou um documento que não foi minimamente cumprido”. Mais referiu que “aceito melhor as situações acima descritas, porque não tiveram onde aplicar a verba inscrita em protocolo, do que aquelas em que se verifica que se aplicou dinheiro na totalidade em tudo menos o que foi protocolado”. Prosseguiu referindo que “aquilo que o Sr. Presidente nos apresenta hoje nos protocolos é precisamente a mesma coisa. Aliás, já teci sérias críticas relativamente a estes protocolos”. Criticou ainda o facto de verificar nestes protocolos que os grandes investimentos a realizar por algumas juntas de freguesia são garagens ou estaleiros, questionando o Presidente da Câmara sobre se os estaleiros vão alterar a qualidade de vida das pessoas daquelas freguesias. Frisou que “isto não é nada”, destacando a ausência de informação relativamente a obras que algumas das juntas de freguesia se propõem executar. Realçou a necessidade da Câmara Municipal averiguar se o custo/benefício é ou não vantajoso para o interesse público. Alertou ainda para a necessidade da Câmara Municipal estar atenta a determinado tipo de obras a realizar pelas freguesias, citando como exemplo a colocação de gradeamento nos acessos ao castelo de Avô, monumento classificado. Lembrou que “se é um monumento classificado não se pode colocar qualquer espécie de gradeamento”, ao que o Presidente da Câmara referiu tratar-se de uma matéria que é da responsabilidade do IGESPAR. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “o problema é que a grade vai ser colocada e ninguém se lembrará de consultar aquela entidade”, sublinhando que “estas questões são fundamentais e não podemos estar a aprovar protocolos desta natureza com estas condicionantes”. -

-----Criticou igualmente o facto de verificar que muitas das verbas que estão a ser transferidas para investimento vão ser aplicadas em atividades culturais, sublinhando que “neste caso então temos que criar uma rubrica, em despesas correntes, para que essas verbas possam ser gastas em atividades culturais”. Discordou no entanto que sejam feitas transferências de verbas de capital, que devem ser utilizadas em investimentos na melhoria das condições de vida das populações, para depois serem gastas na comparticipação em atividades culturais, frisando que “do total de verbas transferidas pela Câmara Municipal as juntas de freguesia gastaram em atividades culturais 50.287,07 €”. Salientou que “isto é muito dinheiro e, provavelmente, algumas destas atividades culturais até resultam, por exemplo, na cedência gratuita de autocarro por parte da Câmara Municipal para uma viagem a Santiago de Compostela ou equiparadas, em que os Municípios pagam 50,00 € por dois dias. Considera que “nos dias que correm, temos que estar atentos a estas questões e manifestar a nossa discordância, porque é dinheiro dos impostos de todos os oliveirenses, quem paga IMI são as pessoas que têm habitações em Oliveira do Hospital”. Disse igualmente verificar que muitos destes investimentos se resumem à substituição de pedra por pedra, citando como exemplo o calcetamento do Largo de Nossa Senhora da Piedade e Rua das Quelhas na freguesia de Ervedal da Beira, constatando que, para além deste investimento, aquela verba serve ainda para comparticipar a realização da festa da freguesia “Aqui Há Festa”. Estranhou no entanto o facto de, na presente ordem do dia, constar um pedido de apoio formulado por aquela autarquia para comparticipação da mesma festa, para além do que está inscrito no protocolo em causa. -----

-----Referiu-se ao investimento previsto em protocolo na freguesia de Lagares da Beira para “Requalificação do Passeio da Avenida dos Olivais – Fase II”, sublinhando que, na sua opinião, é dos investimentos com mais lógica no âmbito destes protocolos. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que dos 19.100,00 € que a Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira se propõe aplicar, mais de metade é utilizado em tudo, menos em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

investimento, frisando que “são estes os protocolos que nos são propostos”. Concluiu referindo que “como o meu dever é zelar por aquilo que é o interesse público e zelar pela boa aplicação das verbas que resultam dos impostos de todos os portugueses e concretamente daqueles que residem em Oliveira do Hospital que pagam IMI e outros impostos, vou abster-me na aprovação destes protocolos”. -----

-----Sobre o assunto intervieram os vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, referindo que “analisamos os protocolos e corroboramos da mesma opinião no que diz respeito ao conteúdo destes protocolos. Verificamos que há elementos que efetivamente são essenciais num protocolo, nomeadamente no que se refere à orçamentação de obras a realizar”. Mais referiram que “esta questão já foi focada em anos anteriores, aquando da aprovação dos protocolos, e já nessa altura foi dada a indicação de que a Câmara Municipal deveria ter mais cuidado na sua elaboração”. Consideram que “já é tempo destes protocolos serem devidamente elaborados para que, de forma correta, mostrem os investimentos que as Juntas de Freguesia se propõem realizar com as verbas que a autarquia vai transferir”. Declararam assim abster-se na aprovação dos referidos protocolos pois consideram estar em causa um documento que em anos anteriores foi objeto de análise e que mesmo assim contém falhas, manifestando o seu desagrado por tudo aquilo que tem acontecido em relação a esta matéria. Concluíram referindo que “isto não significa que não estamos de acordo com as transferências para as freguesias mas entendemos que estes documentos devem conter o máximo de informação para que possamos fiscalizar as obras que as freguesias se propõem realizar”. -----

-----O vereador Mário Alves dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara fez ainda o seu reparo pela falta de verbas em protocolo destinadas ao apoio social nas freguesias. -----

-----O Presidente da Câmara disse reconhecer que sendo estes protocolos uma via para descentralização reduzindo a dependência das freguesias em relação à Câmara Municipal devem efetivamente ser rigorosos, admitindo que “ficaria mais confortável se estes protocolos fossem acompanhados na totalidade pela respetiva orçamentação”. Considera no entanto que, apesar das dificuldades manifestadas por algumas freguesias, é um trabalho que tem vindo a evoluir positivamente. Mais referiu que, ao contrário do que foi dito pelos senhores vereadores, considera que o relatório de execução de obra distribuído contém elementos suficientes e concisos relativamente a esta matéria, nomeadamente no que se refere a documentos de despesa devidamente apresentados pelas Juntas de Freguesia que permitem à Câmara Municipal verificar todas as situações. Disse ainda que “está aqui o processo com toda a documentação acerca da aplicação das verbas, que podem consultar”. -----

-----No que se refere às verbas utilizadas na comparticipação de atividades culturais esclareceu que é uma questão que tem sido discutida com os Presidentes de Junta de Freguesia, sendo no entanto uma matéria ainda em análise, bem como no que se refere à limpeza das bermas das vias em cada freguesia. Concluiu realçando todo trabalho realizado pelo Prof. Daniel Dinis em torno desta matéria. -----

-----**Neste momento, a Vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais, eram 11:40 horas, deixando expresso o seu sentido de voto no que se refere a esta questão.**-----

-----O vereador José Carlos Mendes considera essencial que os projetos das obras a executar sejam previamente apresentados e aprovados pela Câmara Municipal, defendendo a inclusão de uma cláusula nos protocolos que obrigue a uma fiscalização mais “apertada” da Câmara Municipal sobre a qualidade dessas obras, ao que o Presidente da Câmara garantiu que grande parte dos projetos executados pelas freguesias têm sido devidamente acompanhados pelos serviços técnicos da autarquia.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara constatou que há freguesias que se destacam pela sua organização e bem assim pela forma como elaboram os seus relatórios finais. -----

-----O vereador Mário Alves esclareceu que o que está em causa é que há juntas de freguesia que, atualmente, não têm investimentos para fazer e a Câmara Municipal está a “despejar” dinheiro para essas freguesias, como tendo investimentos, que não têm”, afirmando que “isto é claro e inequívoco”. Esclareceu assim que “para além desta afirmação, aquilo que disse foi que a Câmara Municipal não pode misturar transferências de capital, que se destinam a investimentos, com despesas correntes”. Salientou que “não posso aprovar um protocolo para execução de despesa corrente e estar a “despejar” verba de capital para uma despesa corrente”. Disse saber que dá muito jeito para a execução das GOP’s, mas considera que não é correto em termos daquilo que é a administração e a gestão pública, no caso concreto da autarquia. Mais referiu que “estamos a protocolar a execução de obras”. Considera que é necessário separar as despesas correntes das despesas de capital, verificando que “há freguesias que já não têm investimentos para fazer devido à sua própria dimensão”. Entende assim que a autarquia deve então transferir para as freguesias verbas essencialmente destinadas a despesas correntes, condicionado a que as mesmas apenas sejam utilizadas na melhoria de espaços urbanos e atribuição de apoios sociais a famílias e alunos carenciados, sublinhando que “não vejo essa sensibilidade/preocupação social nas Juntas de Freguesia, como deveria existir”. Salientou que, na sua opinião, as Juntas de Freguesia deveriam seguir o mesmo caminho que as Câmaras Municipais no que se refere ao domínio social.-----

-----Interveio o vereador José Francisco Rolo afirmando que “não concordo, refuto e rejeito a ideia vertida pelo vereador Mário Alves relativamente ao “despejar dinheiro””. Clarificou que “o dinheiro não é despejado, é entregue e confiado e registado em documentos, assim como é fiscalizada a sua aplicação por parte da Câmara Municipal”. Disse entender que “ninguém “despeja” dinheiro em lado nenhum”, realçando assim que “essa expressão foi infeliz”.-----

-----No que se refere à aplicação de despesas de capital em corrente, referiu que “ainda me lembro quando no anterior mandato se aplicavam em protocolos verbas de grande dimensão, para serem aplicadas nesse domínio, que acabavam, em muitas das freguesias, por não ser aplicadas em despesas de capital”. Considera assim que “não vale a pena levantar “lebres do passado” que não têm interesse nenhum”. Referiu que o vereador Mário Alves faz muito bem em dar os seus contributos e fazer as suas críticas mas advertiu aquele autarca para que “uma vez que não está à frente do espelho que meta o retrovisor para ver o que é que se passou lá atrás”, ao que o vereador Mário Alves protestou afirmando que “antes do senhor vereador fazer esse tipo de acusações, refira quais, porque num combate político é isso que se faz, seja coerente”.-----

-----Pelo vereador José Francisco Rolo foi dito que “o vereador Mário Alves não pode criticar a aplicação distorcida de despesas de capital quando sabe que a Câmara Municipal aplicou uma verba avultadíssima na criação de um parque desportivo numa freguesia do concelho de Oliveira do Hospital, que nunca viu a luz do dia, e só foi feita terraplanagem”, questionando “então onde é que foi aplicado o dinheiro que foi atribuído”. Frisou ainda que “temos que ser rigorosos e eu não gosto de ter que estar sempre a usar o retrovisor”, ao que o vereador Mário Alves retorquiu “e vamos ser rigorosos”, tendo questionado o vereador José Francisco Rolo se sabia onde é que o dinheiro (25.000,00 €) tinha sido aplicado, uma vez que também votou favoravelmente essa proposta. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que aquele dinheiro foi aplicado na aquisição do terreno, sublinhando que “o senhor vereador está a cometer um erro grave porque também votou favoravelmente”, ao que o vereador José Francisco Rolo esclareceu ter votado a aplicação de uma verba para a construção de um parque desportivo. -----

-----O vereador Mário Alves acrescentou que “e depois votou a favor da alteração de parte desse subsídio, que era de 50.000,00 €, na entrega de 25000,00 € para aquisição do terreno”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador José Francisco Rolo dirigindo-se ao vereador Mário Alves referiu que “o senhor quer fazer de bom juiz do presente, mas refugiando-se na amnésia do passado”.-----

-----O vereador Mário Alves solicitou assim autorização ao Presidente da Câmara para que o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças compulsasse a ata onde foi discutida aquela matéria, ao que o vereador José Francisco Rolo retorquiu “o senhor pode ir buscar as atas que quiser o certo é que aprovámos verbas para a construção de um parque desportivo em Meruge que nunca viu a luz do dia para além das terraplanagens que foram feitas”.-----

-----O vereador Mário Alves reiterou ao Presidente da Câmara que lhe facultasse parte da ata onde aquele assunto fora discutido para poder provar ao vereador José Francisco Rolo que votou favoravelmente a alteração daquele subsídio, ou seja, da entrega de 25.000,00 € para pagar a aquisição do terreno”.-----

-----O vereador José Francisco Rolo esclareceu não ter nada contra a construção do parque desportivo, sublinhando que “eu até votei favoravelmente a atribuição da verba de 50.000,00 €”. Referiu que “na verdade é o que o vereador Mário Alves vem para aqui fazer juízos de valor a dizer que “a Câmara Municipal despeja verbas para as juntas de freguesia”.-----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves o vereador José Francisco Rolo mais referiu que “o princípio, quanto a mim, de atribuição de verbas às freguesias e descentralização de competências, está correto e é justo, o problema é que alguns dos senhores vereadores são críticos relativamente à descentralização das competências para as juntas de freguesia porque não concordam com elas. Entendem que as juntas de freguesia são incapazes de gerir meios e de estabelecer a prioridade das obras e de as desenvolver e que os senhores presidentes de junta só servem para juntar votos e ganhar eleições”. Esclareceu no entanto que “de todas as obras que são executadas são entregues relatórios de execução, há reuniões de acompanhamento e são fiscalizadas, ou seja, há informação, há transparência e tudo é prestado aos senhores vereadores”. Mais referiu que “eu no passado só tinha conhecimento da aplicação de verbas nas freguesias, aquando da prestação de contas, no final do ano, e via muitas freguesias que recebiam 77.000,00 €, quando outras só recebiam 7.000,00 €, ou seja, hoje temos oportunidade de analisar os protocolos, ver onde é que o dinheiro é aplicado e perceber aquilo que carece de ser corrigido. Há transparência e rigor e o Sr. Presidente da Câmara não se furtou a essa prestação de contas”. Disse igualmente entender que “o princípio da descentralização de competências e meios é correto, é um princípio assumido por este executivo e aquilo que carece de ser melhorado e afinado será feito”. Prosseguiu referindo discordar da opinião do vereador Mário Alves no que se refere à falta de consciência social das juntas de freguesia, salientando que “é certo e sabido que as juntas de freguesia colaboram na reabilitação de habitações para pessoas carenciadas e que os Srs. Presidentes de Junta ajudam em programas de ajuda alimentar a famílias de baixos recursos que vivem em situações extremas de pobreza”. Disse refutar a ideia de que não há consciência social por parte das freguesias pois acredita que muitas das verbas inscritas na rubrica “outras” são precisamente aplicadas em despesas de apoio social às populações.

-----No que se refere à acusação de que os processos integram obras sem projeto esclareceu que por ex., “a maior parte das obras inscritas nas Grandes Opções do Plano do Município de Oliveira do Hospital estão sinalizadas naquele documento e reunidas as condições e tomada a decisão são produzidos os respetivos projetos de execução para serem concretizadas com o devido acompanhamento dos serviços técnicos da Câmara Municipal, ou seja, faz-se a inscrição da obra e algumas vezes só depois o projeto de execução. Disse no entanto concordar que relativamente às intervenções a realizar no Castelo de Avô e na Igreja Moçárabe de Lourosa as obras sejam devidamente acompanhadas pelo IGESPAR pois estão em causa monumentos nacionais que carecem de acompanhamento e proteção. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Tomando uso da palavra o vereador José Carlos Mendes clarificou que “no que se refere aos projetos o vereador José Francisco Rolo não pode querer comparar o Orçamento e o Plano...”, tendo, neste momento, sido interrompido pelo vereador Mário Alves que reiterou novamente ao Presidente da Câmara que lhe facultasse parte da ata acima referida, ao que o Presidente da Câmara referiu que lhe daria na próxima reunião.-----

-----O vereador Mário Alves discordou salientando que “esta reunião é pública pelo que faço questão que me seja dada hoje”, ao que o Presidente da Câmara solicitou ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que reunisse a informação solicitada. -----

-----O vereador José Carlos Mendes prosseguiu referindo então que o vereador José Francisco Rolo não pode querer comparar o Orçamento e o Plano com os protocolos a celebrar com as juntas de freguesia, frisando que “são coisas incomparáveis”. Clarificou ainda que “aquilo que referi não quer dizer que a obra a constar do protocolo tenha já projeto”, salientando que “na minha perspetiva, e uma vez que nem todas as obras necessitam de projeto, deve é ficar definido em protocolo quais as obras que, quando for iniciada a sua construção, devem ter já o projeto devidamente executado, seja pelos técnicos da autarquia, seja por gabinetes técnicos a que recorram as juntas de freguesia”. Considera que o orçamento deve sempre fazer parte do processo mas há aspetos que, na sua opinião, devem sempre ser tidos em conta aquando da elaboração dos protocolos em causa. -----

-----Dirigindo-se ao vereador José Francisco Rolo, o vereador José Carlos Mendes esclareceu igualmente que “ao contrário do que referiu sempre fui favorável à transferência de verbas para as juntas de freguesia porque entendo que poderão fazer muito mais, com menos verba, do que a Câmara Municipal, devendo no entanto ser estabelecidas regras que defendo fiquem plasmadas em protocolo”, ao que o vereador José Francisco Rolo questionou sobre se não havia regras definidas e prestação de contas, frisando “o que é que estamos a fazer hoje?”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “este compromisso de descentralização de verbas tem a ver com a forma como eu vejo o poder”, registando que “tem havido contributos para que este processo evolua e se solidifique com mais rigor, não há qualquer problema por exigirmos rigor e quanto a isso estamos todos de acordo”. Disse poderem existir opiniões diferentes relativamente a esta matéria mas como se trata de um compromisso por si assumido em fase eleitoral tenta cumpri-lo, melhorando-o. Verificou que foi nesse sentido que foi elaborado o relatório de execução das obras das juntas de freguesia, garantindo que houve rigor e transparência na sua elaboração. Admitiu que sentir-se-ia mais confortável se todos os investimentos e ações estivessem acompanhados dos respetivos orçamentos.-----

-----O vereador Mário Alves, reportando-se à intervenção do vereador José Francisco Rolo, disse ser bem clara a diferença de estilo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, sublinhando que “o Partido Socialista é salve-se quem poder e assim o país chegou onde chegou e o Partido Social Democrata é a política do rigor e assim estamos como estamos hoje sendo acusados de aplicar medidas restritivas, programas de austeridade e tudo isto fruto do desperdício do Partido Socialista, que é aquilo que o Sr. vereador José Francisco Rolo defende”. Continuou referindo que “quanto a essa matéria não haja dúvida que há incompatibilidade política entre a minha posição e a sua”. Afirmou que “o senhor continua a apostar no desperdício e eu continuo a apostar no rigor e na exigência”. -----

-----O Presidente da Câmara discordou afirmando que “Sr. vereador Mário Alves eu fui eleito pelo Partido Socialista, como independente e tenho muito orgulho nisso e o senhor tem percebido que sou um homem de rigor, de contas e mais uma vez estamos aqui com todo o rigor e por isso não nos acuse ou baralhe as coisas”. Mais referiu que “o senhor tem na posse um relatório elaborado com toda a transparência, sobre quem cumpriu e não cumpriu, agora, esta equipa tem tido todo o





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

rigor e se não fosse isso o município não teria uma boa condição financeira porque para estragarmos um bom trabalho bastaria um ano e não eram precisos três”.-----

-----O vereador Mário Alves discordou referindo que “está enganado Sr. Presidente, porque o senhor, num ano, não conseguia estragar aquilo que foi construído em 16 anos”. -----

-----O Presidente da Câmara considerou injusta a intervenção do vereador Mário Alves clarificando que “o vereador José Francisco Rolo, em termos de mandato autárquico, tem desempenhado a sua área com brilhantismo e rigor financeiro”.-----

-----O vereador José Francisco Rolo referiu que “sobre desperdício e rigor, no meu percurso profissional e que é inspirador para a minha postura na autarquia, aprendi uma coisa, trabalha-se em parceria e em cooperação, monto projetos de que sou diretamente responsável na área social a custos mínimos para o município tentando sempre arranjar colaborações, a custo zero, para desenvolver esses projetos porque aprendi a trabalhar em parceria, envolvendo outras entidades outras instituições e outros saberes para que cada um concorra com os seus recursos para dar respostas na área social, ou no que quer que seja. Nesse aspeto estou muito à vontade para falar sobre rigor e de forma completamente transparente”. Concluiu referindo “acredito que o senhor venha a reconhecer que foi um excesso associar-me a desperdício, porque o senhor sabe que eu sou tudo menos associado a desperdício”, ao que o vereador Mário Alves retorquiu “não me faça pedir a faturação do seu telemóvel”.-----

-----Pelo vereador José Francisco Rolo foi ainda referido que “desperdício, já vi muitas vezes, mas não quero relembrar aqui alguns...”. -----

-----Tendo presente cópia de parte das atas das reuniões de 5 de agosto e 28 de dezembro de 2004 acerca da atribuição de subsídio à Associação dos Amigos de Meruge, para construção de um novo campo de futebol e respetivas condições, que leu na íntegra, o vereador Mário Alves disse assim provar que o vereador José Francisco Rolo, na altura, votou favoravelmente a atribuição de subsídio àquela coletividade e respetivas alterações. Salientou ainda que “o dinheiro foi efetivamente aplicado na aquisição do terreno e os outros 25.000,00 € em dívida foram objeto de revogação por deliberação camarária de 20 de março de 2012”. -----

-----O vereador José Francisco Rolo louvou a disponibilidade e a celeridade com que o vereador Mário Alves acedeu à informação que foi disponibilizada imediatamente pelos serviços, com autorização do Sr. Presidente da Câmara, frisando que “aqui não se esconde nada”. Prosseguiu referindo que “nada do que aí consta põe em causa aquilo que eu disse”, esclarecendo que “a associação em questão, à data, recebia 6.200 contos de subsidio, para prática desportiva, que o senhor, numa reunião de câmara, propôs que fosse convertido em subsídio para despesas de capital para a realização de obra material tendo ainda proposto, na altura, o reforço daquele montante para 10.000 contos (50.000,00 €). É verdade que propôs o pagamento imediato de 25.000,00 € para a construção do parque desportivo, mas a verdade é que atribuímos um subsídio inicial de 50.000,00 € para um parque desportivo que nunca viu a luz do dia. Hoje ficará descansado por isso ter acontecido, mas a verdade é que na altura propôs a atribuição de 50.000,00 € e não o vi agarrado a tanto critério e a tanta obrigação de rigor, como hoje obriga uma coisa simples, como a construção de um muro a aplicação de um gradeamento ou à construção de uma capelinha”.-----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves disse ainda que “o senhor fez um ataque ao Partido Socialista e este fórum autárquico é para tratar de assuntos relacionados com o concelho, agora, esta ideia de rigor e desperdício... e depois falamos noutras coisas...eu não cobre a enxurrada de desgraças que foi o Governo presidido por Pedro Santana Lopes que o senhor criticou. Não falei nisso e nem falei no desperdício de verbas do município para abertura e tapagem de um buraco no alto da Carvalha, porque hoje não tem interesse e com isso não estamos a produzir nada. E o senhor sabe que foi um desperdício”. Lembrou que “tantas vezes, repetidas vezes e insistentes vezes lhe



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

pedi para apresentar contas sobre os custos da abertura e tapamento do buraco na Carvalha e nunca o senhor me deu essas contas. Hoje, as verbas para as freguesias estão aqui todas para o senhor criticar livremente”. Acrescentou que “hoje foi-lhe disponibilizada informação na hora, ainda bem, louvo isso o que demonstra que os serviços funcionam bem e eu, no passado, nunca tive essa informação”. -----

-----O Presidente da Câmara tentou pôr termo nesta discussão mas o vereador Mário Alves interveio referindo tratar-se de demagogia. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “face a uma situação em que o senhor vereador é claramente derrotado e é claramente provado que aquilo que o senhor disse não é verdade, vem com outra argumentação”. Solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Câmara cópia das faturas do telemóvel usado pelo vereador José Francisco Rolo. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves o Presidente da Câmara Municipal explicou tratar-se de um problema que existiu com uma fatura de telemóvel do vereador José Francisco Rolo, e que a respetiva operadora móvel, a TMN, já admitiu tratar-se de um erro, tendo sido reposta a situação, frisando que “o senhor vereador esteve muito mal nesta questão porque o senhor tem sido tratado com consideração e haveria muita coisa de que eu poderia falar e não falo por uma questão de princípio e de ética. O senhor foi longe de mais”. -----

-----Pelo Presidente da Câmara foi ainda dito que “se o senhor quando era presidente tinha rigor, este executivo também tem rigor, quer o senhor queira, quer não, e é por isso que as contas continuam equilibradas”. Garantiu que “muita gente estava à espera que esta Câmara Municipal andasse em roda livre, mas não anda”, disponibilizando-se para entregar àquele autarca o mapa das dívidas da Câmara Municipal, à data de 31 de maio de 2012, para fazer uma comparação da evolução registada em dívida”. Frisou que “não há nada que não se arranje senhor vereador”. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou que quando se fala em dívidas deve falar-se em investimentos, questionando o Presidente da Câmara sobre quais os investimentos que tinha em curso. Disse igualmente entender que as juntas de freguesia, nesta data, tinham obrigação de ter na sua posse orçamentos para as obras que pretendem realizar. -----

-----**Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção dos vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme intervenções acima aduzidas, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a proposta de transferências de despesas de capital e correntes para as freguesias, conforme protocolos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata (DOC. 4 a 24).**-----

----- **A-2) FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado, atribua à **Freguesia de Ervedal da Beira**, um subsídio no montante de **2.000,00 € (dois mil euros)** como apoio à realização do evento “Aqui há Festa”, a levar a efeito nos dias 7 e 8 de julho, na localidade de Póvoa de São Cosme, freguesia de Ervedal da Beira. -----

-----**Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, aprovar a presente proposta.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ervedal da Beira pelas razões que aduziu aquando da votação da proposta de transferências de despesas de capital e correntes para as freguesias e bem assim pelo facto do referido apoio já constar do protocolo de apoio à freguesia de Ervedal da Beira ora aprovado. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES**-----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou igualmente abster-se na proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ervedal da Beira pelo facto de verificar que o referido apoio já consta do protocolo de apoio à freguesia de Ervedal da Beira, conforme protocolo ora aprovado no âmbito da proposta de transferências de despesas de capital e correntes para as freguesias. -----

-----**A-3) FREGUESIA DE LAJEOSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado, atribua à **Freguesia de Lajeosa**, um subsídio extraordinário no montante de **26.180,00 € (vinte e seis mil, cento e oitenta euros)**, como apoio à execução da empreitada a realizar em Regada de Baixo (abertura de caixa e assentamento de cubos de granito cobertos e assentes em pó de pedra), naquela freguesia. -----

-----**Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta.**-----

-----Ainda sobre este assunto, o Presidente da Câmara dirigindo-se ao vereador Mário Alves afirmou “o senhor diz que não está a ver obras mas até vamos fazendo algumas, não vamos é fazer obras de fachada”, sublinhando que “é isso que o senhor diz quando pretende fazer comparações”. Mais afirmou que “mas temos...e estamos a pagar algumas que até nem foram feitas neste mandato”.-----

-----Interveio o vereador Mário Alves protestando a intervenção do Presidente da Câmara referindo que “isto não fica assim, o Sr. Presidente tem que concretizar o que diz”, ao que o Presidente da Câmara disse “o senhor sabe bem... muitas vezes ataca por baixo”.-----

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foi ainda referido que “isto das comunicações do vereador José Francisco Rolo foi vergonhoso da sua parte”, ao que o vereador Mário Alves solicitou também cópia da fatura do telemóvel do Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Tomando uso da palavra o vereador José Francisco Rolo, dirigindo-se ao vereador Mário Alves, insurgiu-se quanto à sua intervenção afirmando que “o que o senhor fez foi um ataque soez de baixo nível para ver se me atinge, mas não me atinge”. Disse igualmente estar admirado com a atitude do vereador Mário Alves, garantindo que “sempre o respeitei em qualquer circunstância e agora o senhor faltou-me ao respeito, apesar das nossas diferenças, sempre tive respeito político e pessoal por si”.-----

-----O vereador Mário Alves referiu ainda que “no meu tempo até existia um jornal, propriedade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, só para me faltar ao respeito. E o senhor colaborou nessa tarefa...”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**A-4) FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Tendo presente a informação social nº13/GASS, datada de 21 de maio, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Freguesia de Oliveira do Hospital**, um subsídio no montante de **1.000,00 € (mil euros)** como comparticipação nas despesas correspondentes à participação de 10 crianças, em acompanhamento pela CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e pelo CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social no Campus de Férias/2012, a levar a efeito por aquela Junta de Freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----Neste momento, o grupo de formandos que assistia à reunião ausentou-se do Salão Nobre, deixando expresso o seu agradecimento à Câmara Municipal por lhes ter sido dada a possibilidade de assistirem à mesma.-----

-----**A-5) FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Penalva de Alva**, um subsídio no montante de **622,65 € (seiscentos e vinte e dois euros e sessenta e cinco cêntimos)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----**A-6) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Seixo da Beira**, um subsídio no montante de **643,42 € (seiscentos e quarenta e três euros e quarenta e dois cêntimos)**, valor correspondente ao exercício de funções em Contrato de Emprego e Inserção da D. Maria de Jesus Monteiro de Paiva, na EBI da Cordinha, nos meses de fevereiro a maio de 2012.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta.-----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na aprovação da presente proposta por considerar que “é algo que não faz qualquer sentido”, frisando que “isto não tem ponta por onde se lhe pegue. Faz parte do conjunto de trapalhadas que vocês vão arranjando”, ao que o Presidente da Câmara retorquiu que “e há outras que outros deixaram para os outros resolverem...o senhor perde a compostura sem necessidade...”.-----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “este assunto deveria ter vindo previamente a reunião da Câmara, antes da senhora em causa ter sido contratada”.-----

**B) INSTITUIÇÕES:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**B-1) SUBSIDIO ÀS COLETIVIDADES CULTURAIS DO CONCELHO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4/**DOC.25**

-----Tendo presente a proposta de atribuição de subsídio às coletividades culturais do concelho para o ano de 2012 e prestados os necessários esclarecimentos pelo Presidente da Câmara e vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a proposta de atribuição do subsídio anual às Associações/Coletividades do concelho, no total de 89.000,00 € (oitenta e nove mil euros), destinado à comparticipação nas despesas de funcionamento e à prossecução de atividades, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta, procedendo-se ao pagamento do valor de 3 mensalidades no ano em curso. -----

-----Analisada a mesma e tecidas as considerações por parte de todos os membros presentes, foi igualmente deliberado que até 30 de novembro do ano em curso têm que ser assumidas/realizadas cinco atuações, por cada grupo cultural, sendo que a 3ª prestação do subsídio ora atribuído não será paga no caso de não se realizarem as cinco atuações e será paga, proporcionalmente, atendendo ao número de atuações.-----

-----**B-2) ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO COBRAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----No seguimento da deliberação camarária de 5 de julho de 2011 e tendo presente o ofício, datado de 15 de maio de 2012, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral**, um subsídio no montante de **9.011,17 € (nove mil e onze euros e dezassete cêntimos)**, para fazer face a despesas inerentes a encargos bancários da conta corrente caucionada, aberta por aquela entidade na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, correspondentes ao período de junho de 2009 e julho de 2012. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-3) ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL CATRAIENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Associação Recreativa Cultural Catraiese**, um subsídio no montante de **2.051,39 € (dois mil e cinquenta e um euros e trinta e nove cêntimos)**, como apoio à colocação de calçada em frente à churrasqueira daquela Associação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-4) SOCIEDADE RECREATIVA LEALDADE SAMPAENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense**, um subsídio no montante de **1.400,00 € (mil e quatrocentos euros)**, como apoio à aquisição de dois cilindros a gás de aquecimento de água para colocação nos balneários do pavilhão desportivo daquela coletividade.---





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na atribuição do referido subsídio por considerar que este tipo de apoios não faz qualquer sentido, entendendo assim que a coletividade em apreço deveria ter verba disponível para satisfazer um encargo desta natureza. -----

-----**B-5) SOCIEDADE RECREATIVA PENALVENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----No âmbito da iniciativa cívica Limpar Portugal em Oliveira do Hospital, que teve lugar no passado dia 24 de março no concelho, com a participação de 8 juntas de freguesia e várias entidades participantes, num total de 200 voluntários, e tendo Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Sociedade Recreativa Penalvense** um subsídio no montante de **400,00 € (quatrocentos euros)**, para fazer face às despesas tidas com a organização e confeção do jantar realizado na sede daquela coletividade, no passado dia 19 de maio, aquando do “III Encontro de Voluntários Limpar Portugal em Oliveira do Hospital”. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-6) CLUBE DE TÊNIS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Clube de Ténis de Oliveira do Hospital**, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** valor correspondente a 50% do montante total do subsídio anual a atribuir àquele clube no ano de 2012. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-7) ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Tendo presente o ofício remetido pela entidade acima identificada, com o registo de entrada nº 5817/2012, em 8 de junho, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela mesma, atribua à **Escola Secundária de Oliveira do Hospital**, um subsídio extraordinário no montante de **700,00 € (setecentos euros)**, como apoio à inscrição do Grupo de Desportos Gímnicos na prova internacional “Eurogym”. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves discordando do tipo de ofício proveniente da Escola Secundária de Oliveira do Hospital por considerar que o mesmo deveria ser acompanhado de informação adicional acerca do tipo de campanha desenvolvida, frisando que “isto não é nada em termos de informação para a Câmara Municipal”. -----

-----Interveio a vereador Graça Silva esclarecendo que, atendendo à ausência de alguma informação no referido ofício endereçado pela Escola Secundária de Oliveira do Hospital, reuniu com os responsáveis pelo evento em causa no sentido de se inteirar melhor sobre as reais necessidades do grupo de ginastas, para que a Câmara Municipal pudesse colaborar, tendo sido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

informada de que houve um conjunto de atividades promovidas para a recolha de fundos que permitiu a inscrição daquele grupo na prova internacional, Eurogym. Manifestou o seu reconhecimento por este facto, salientando que os oliveirenses devem estar satisfeitos por terem um grupo de ginástica que muito tem feito em prol, não só daquilo que é o desporto escolar mas também sobre aquilo que tem sido o desporto a nível do concelho. Disse tratar-se de um grupo que tem participado em muitas iniciativas, fora e dentro do concelho, sublinhando que “é um grupo que tem levado o nome de Oliveira do Hospital a vários locais do país e adquirido muitos prémios nas suas participações e que são motivo de orgulho para qualquer oliveirense”. Disse igualmente que, neste âmbito e atendendo a tudo aquilo que tem sido feito pelo referido grupo, a Câmara Municipal deveria estar sensível em contribuir com um apoio monetário, por ser aquilo de que o grupo mais necessita para que possa concretizar a sua participação na dita prova internacional, uma vez que a inscrição de cada elemento corresponde a um custo de cerca de 330,00 €. Lembrou que a inscrição do grupo terá custos elevados uma vez que estão em causa 22 atletas. Fez saber que por força das diversas atividades que foram desenvolvendo em prol desta campanha o grupo conseguiu angariar quase todo o dinheiro da inscrição, faltando no entanto angariar uma verba de 700,00 € (setecentos euros). Esclareceu no entanto que a verba correspondente à inscrição do grupo de ginastas na prova internacional já deveria ter sido entregue em março, mas que, atendendo à dificuldade em conseguirem esta verba, solicitaram autorização à organização da prova em causa para que o pudessem fazer até ao final do mês de junho. Disse assim entender que, por força das razões já aduzidas, a Câmara Municipal deve apoiar este grupo. -----

-----Prestados os necessários esclarecimentos por parte da vereadora Graça Silva, o vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, disse manter a mesma posição que manifestou em reunião de 29 de maio de 2012, que se transcreve na íntegra, “O vereador Mário Alves disse entender que o reconhecimento moral não pode ser confundido com o reconhecimento monetário, salientando que “o desporto escolar tem regras, objetivos e apoios concretos, o que não acontece com o desporto federado”. Mais referiu que, “no caso do desporto federado, o apoio que é concedido pela Câmara Municipal, funciona como um incentivo para melhorar aquela prática e bem assim para que os próprios responsáveis tirem o máximo rendimento dos seus atletas”, frisando que “são coisas totalmente diferentes”. Esclareceu que é por essa razão que se refere a “sustentabilidade”, defendendo a cedência de um autocarro à escola e não ao grupo de ginastas para realizarem a dita viagem. Salientou ainda que “nessa perspetiva, não ponho isso em causa, o que ponho em causa é o financiamento monetário, a título de prémio”. Lembrou igualmente que “a Câmara Municipal, já financia as escolas através da atribuição de um subsídio para o desenvolvimento do Plano de Atividades anual”, tendo ainda acrescentado que “a escola tem um orçamento privativo do qual pode retirar verbas para apoiar esta iniciativa se assim o entender”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes interveio defendendo a atribuição do subsídio proposto à Escola Secundária de Oliveira do Hospital como apoio ao desenvolvimento do Plano de Atividades.

-----Colocada à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, tendo o vereador Mário Alves declarado votar contra a atribuição do referido subsídio pelas razões acima aduzidas e bem assim por discordar da intervenção ora manifestada pelo vereador José Carlos Mendes.-----

**3.5 - OBRAS PARTICULARES:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.5.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----**  
**D.P.G.T./DOC.26**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 25 de maio e 8 de junho de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**-----3.5.2 - ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE RECREIO E CULTURA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE NOGUEIRINHA – PROCESSO N.º 52/2012/139 PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----**

**D.S.T./Proc.22/1**

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de obras de edificação correspondente ao Processo – 52/2012/139, no montante de **1.406,49 € (mil, quatrocentos e seis euros e quarenta e nove cêntimos)**.-----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves referindo que “recentemente foi atribuído um subsídio avultado àquela instituição, destinado à substituição do telhado do edifício sede da mesma”, tendo questionado o Presidente da Câmara sobre se o referido subsídio já foi pago, ao que aquele responsável respondeu que não. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que a Câmara Municipal deve informar a coletividade em causa que, depois de concluídas as obras, deve requerer a respetiva licença de utilização.-----

-----Em virtude da vereadora Graça Silva ser filha do Presidente da Direção da Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário de Nogueirinha, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com o disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar a Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário de Nogueirinha do pagamento das referidas taxas.- -----

**3.6 – OBRAS MUNICIPAIS:-----**

**-----3.6.1 – RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE ABASTECIMENTO NA RUA DO CAMPO DE FUTEBOL EM LAGARES DA BEIRA-----**

**D.A.G.F./Proc.47/1/DOC.27**

-----Tendo presente a informação técnica nº 53/2012, da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a dar conta da execução dos ramais domiciliários de águas residuais e de abastecimento na Rua do Campo de Futebol em Lagares. da Beira, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que fixe em 175,00 € (Cento e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o valor a pagar pelos munícipes residentes na referida rua e identificados na informação acima referenciada, pela execução de ramais domiciliários de águas residuais e em 150,00 € (cento e cinquenta euros) o valor a pagar pelos mesmos pela execução dos ramais de abastecimento de água, com a possibilidade de isenção ou pagamento em prestações caso se verifiquem situações, devidamente comprovadas, de carência económica. -----

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves disse entender que a situação em apreço não deve ser aplicada no que se refere ao Sr. António José Mendes Tavares uma vez que o mesmo ainda não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

tem qualquer construção no local indicado, propondo assim à Câmara Municipal que o pagamento por parte daquele cidadão fique, para já, suspenso. -----

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal de acordo com a informação dos serviços e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta, condicionado a que o pagamento por parte do munícipe António José Mendes Tavares apenas seja efetuado aquando do pedido de ligação dos respetivos ramais. ---

**3.7 – ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----**

**-----3.7.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----**

**D.A.G.F./DOC.28**

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 28 de maio e 8 de junho de 2012, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----**

**4.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----**

**4.1.1 – AÇÃO SOCIAL -----**

-----O vereador José Francisco Rolo não apresentou qualquer assunto no âmbito da Ação Social.

**4.1.2 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DA EXPOH – FEIRA REGIONAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

**D.A.G.F./DOC.29**

-----Sob proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a proposta de Regulamento da EXPOH – Feira Regional de Oliveira do Hospital, com as alterações/correções propostas pelo Vereador Mário Alves, visando essencialmente o estabelecimento de normas destinadas a orientar a organização e funcionamento da EXPOH, cuja organização é da responsabilidade conjunta do Município de Oliveira do Hospital e da ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**4.1.3 – CRIAÇÃO DO DIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO -----**

**D.A.G.F.**

-----No âmbito do Projeto “Igualdade Local: Cidadania Responsável”, a Câmara Municipal, tendo presente a informação social nº 05/ILCR, datada de 22 de maio de 2012, devidamente fundamentada pelos serviços, e por proposta do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por todos os membros presentes, criar o Dia Municipal para a Igualdade de Género, designando para o efeito o dia 21 de junho (dia do solstício de Verão).-----

-----Mais foi deliberado dar conhecimento da presente deliberação à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital e à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**4.1.4 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL**-----

**D.A.G.F.**

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião do Conselho Local da Ação Social, que teve lugar no passado dia 6 de junho, onde esteve presente o Sr. Diretor Distrital da Segurança Social, Engº Ramiro Miranda, a apresentar o Plano de Emergência Social do atual Governo. Deu conta que foram analisadas questões relativas às propostas do Plano de Emergência Social para a Criação de Cantinas Sociais, de Centros de Noite, do Fundo de Socorro Social e de uma Linha de Crédito destinada às IPSS's com dificuldades Financeiras, a qual não tem dotação. Mais referiu que foram ainda aprovados pareceres de candidaturas de várias IPSS's apresentadas no âmbito do PRODER.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**4.2 – INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA** -----

-----**4.2.1 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**-----

**D.A.G.F/DOC.30**

-----A Câmara Municipal sob proposta da vereadora Graça Silva deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, com as alterações/correções propostas pelo Vereador Mário Alves, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----**4.2.2 - CURSO DE NADADORES SALVADORES** -----

**D.A.G.F.**

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que o Curso de Nadadores Salvadores já teve início no dia 11 de junho e vai decorrer até ao próximo dia 29 de junho de 2012, nas piscinas municipais, tendo reunido 17 inscitos, sendo que 10 são do concelho de Oliveira do Hospital e 7 de fora do concelho. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**4.2.3 – MARCHAS POPULARES/2012** -----

**D.A.G.F**

-----A vereadora Graça Silva deu a conhecer ao executivo as entidades que irão desfilar no Concurso das Marchas Populares/2012 bem como os respetivos prémios de participação que irão ser atribuídos a cada uma nos termos do Regulamento do Concurso das Marchas Populares de Oliveira do Hospital, aprovado em reunião camarária de 3 de abril de 2012, a saber:-----

Designação	Instituição Organizadora	Valor Proposto a Atribuir
Marcha Infantil do Centro Social e Paroquial do Seixo da Beira	Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira	400,00€
Marcha Infantil da Cordinha	Agrupamento de Escolas da Cordinha	400,00€
Marcha Infantil do 2º ano da EB1de Oliveira do Hospital	Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	400,00€
Marcha Infantil do Agrupamento de	Agrupamento de Escolas de	400,00€





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Escolas de Lagares da Beira	Lagares da Beira	
Marcha Infantil da Obra D. <sup>a</sup> Josefina da Fonseca	Obra D. <sup>a</sup> Josefina da Fonseca	400,00€
Marcha Infantil da Associação Desportiva de Gramaços	Associação Desportiva de Gramaços	400,00€

**Total de Marchas: 6 Marchas**

Designação	Instituição Organizadora	Valor Proposto a Atribuir
Marcha da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô	Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô	1.400,00 €
Marcha do Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira	Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira	1.400,00 €
Marcha de Meruge	Junta de Freguesia de Meruge em parceria com a Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural do Vale Cobral	1.400,00 €
Marcha de Gramaços	Associação Desportiva de Gramaços	1.400,00 €

**Total de marchas: 4 Marchas**

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**4.2.4 - PROJETO EDUCATIVO LOCAL**-----

**D.A.G.F**

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que no âmbito do Projeto Educativo Local decorreu, no passado dia 29 de maio, pelas 15:00 horas, uma reunião com os responsáveis pelos agrupamentos de escolas do concelho, da EPTOLIVA e da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, dando conta que de entre os assuntos tratados e abordados ficou definido que seriam criados grupos de trabalho para desenvolver alguns temas tais como, promover a elevação dos níveis de qualificação da população adulta e aumentar a taxa de empregabilidade, inovação e empreendedorismo. Fez ainda saber que os referidos grupos de trabalho vão reunir hoje para tratar de assuntos relacionados com esta matéria. -----

-----Informou igualmente que, no próximo dia 26 de junho, vai realizar-se um *workshop* com o tema “Territorialização da Educação de Setores do Interior” e que o mesmo será direcionado a todo o território educativo. Salientou também que o grupo de trabalho que vai abordar as temáticas relacionadas com educar para a saúde, para a segurança escolar e para a cidadania vai reunir no dia 4 de julho, pelas 14:30 horas e contará com a presença do vereador do pelouro do ambiente. -----

-----A vereadora Graça Silva mais informou que, depois de ouvidas várias opiniões, a proposta de agregação de agrupamentos, feita pela Direção Regional da Educação, não se consagrou. -----

-----A Câmara Municipal conhecimento. -----

-----**Neste momento, o vereador José Carlos Mendes deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**4.2.5 – PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, A FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ E AS COLETIVIDADES PROMOTORAS DE DESPORTO FEDERADO DE FORMAÇÃO -----**

**D.A.G.F**

----- A vereadora Graça Silva no âmbito do protocolo existente entre o Município de Oliveira do Hospital, a FAAD - Fundação Aurélio Amaro Dinis e as Associações Desportivas de Formação apresentou à Câmara Municipal o valor da 1ª fatura referente à realização de 139 exames médico desportivo na FAAD, dando conta que o número de atletas que realizou estes exames, por cada uma das Associações/Clubes Desportivos, foram os seguintes: -----

----- Associação Desportiva Nogueirense (17) -----

----- Sampaense Basket (26) -----

----- Clube de Caça e Pesca (7) -----

----- ARCED (12) -----

----- Sociedade Recreativa Ervedalense (18) -----

----- FCOH – Futebol Juvenil – (19) -----

----- FCOH - Hóquei em Patins – (42) -----

----- Pela vereadora Graça Silva foi ainda referido que o valor por atleta/exame é de 7,50 € (sete euros e cinquenta cêntimos), totalizando o valor de 1.042,50 € (mil, quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**

----- De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente ata em minuta. -----

----- A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

**----- CONCLUSÃO DA ATA -----**

----- E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **catorze horas e quarenta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 12 DE  
JUNHO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 12 de junho de 2012**-----

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 12 DE  
JUNHO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**